
Cleberton Correia Santos
(Organizador)

O Semiárido Brasileiro e suas Especificidades

Cleberton Correia Santos
(Organizador)

O Semiárido Brasileiro e suas Especificidades

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S471	O semiárido brasileiro e suas especificidades [recurso eletrônico] / Organizador Cleberton Correia Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-510-5 DOI 10.22533/at.ed.105190508 1. Brasil, Nordeste – Condições sociais. 2. Desenvolvimento sustentável – Nordeste. III. Identidade cultural. I. Santos, Cleberton Correia. CDD 305.4209813
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “O Semiárido brasileiro e suas especificidades” de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 6 capítulos, pesquisas relacionadas com a temática do desenvolvimento sustentável e identidade cultural. O semiárido brasileiro é constituído por estados da região do Nordeste e pequena parte do Sudeste. Dentre suas características específicas pode-se enfatizar principalmente a diversidade cultural, riqueza em vegetação no bioma Caatinga e baixa disponibilidade hídrica em função da irregularidade das chuvas, tornando-se então um complexo sistema de estudos.

Neste sentido, é fundamental a elucidação de informações de tecnologias/práticas que possam atenuar e/ou mitigar as problemáticas ambientais, bem como contribuir na responsabilidade social e desenvolvimento humano. Assim, este volume traz estudos dedicados às áreas socioeconômicas e ambientais baseados no manejo dos recursos naturais renováveis e na dialética e percepção da comunidade da região por meio de metodologias participativas emancipadoras.

Os sinceros agradecimentos do Organizador e da Atena Editora aos autores pelo empenho e dedicação no desenvolvimento dos trabalhos inestimáveis e ricos em conteúdo, apresentados de forma clara e objetiva, os quais permitiram difundir tecnologias e conhecimentos de aspectos intrínsecos da região.

Por meio deste exemplar esperamos contribuir na aprendizagem significativa e interlocução de saberes sobre o Semiárido brasileiro, e instigar alunos de graduação e de pós-graduação, bem como pesquisadores, no aprimoramento de tecnologias almejando o desenvolvimento sustentável e resgate cultural.

Cleberton Correia Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ÁGUAS RESIDUÁRIAS NA PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS DO BIOMA CAATINGA	
George Rodrigues Lambais	
Vanessa dos Santos Gomes	
Adrianus Cornelius Van Haandel	
Salomão de Sousa Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.1051905081	
CAPÍTULO 2	10
ANÁLISE TEMPORAL DO ÍNDICE NDVI UTILIZANDO O GOOGLE EARTH ENGINE: ESTUDO DE CASO NA CAFEICULTURA	
Allan Arantes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.1051905082	
CAPÍTULO 3	16
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE ALUNOS POR MEIO DE UMA METODOLOGIA GAMIFICADA DIRECIONADA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Ravenna Lins Rodrigues	
Cecir Barbosa de Almeida Farias	
Vinícius Costa Amador	
Jairo Rodrigues da Silva	
Débora Souza dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1051905083	
CAPÍTULO 4	29
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM QUILOMBOS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL	
Adauto Neto Fonseca Duque	
Maria Alveni Barros Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1051905084	
CAPÍTULO 5	41
OS MESTRES-ESCOLAS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: PERCURSOS INVESTIGATIVOS	
Maria Alveni Barros Vieira	
Adauto Neto Fonseca Duque	
Maria das Dores de Sousa	
Luisa Xavier de Oliveira	
Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1051905085	
CAPÍTULO 6	52
UTILIZAÇÃO DO PÓ DE CASCA DE COCO VERDE COMO ADUBO ORGÂNICO EM BENEFICIAMENTO À AGRICULTORES DE SOLEDADE-PB	
Amanda Gabriela Moreira Gouveia	
Andrezzza de Araújo Silva Gallindo	
Francimaura Carvalho Medeiros	
Pablícia Oliveira Galdino	
Sara Regina Ribeiro Carneiro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.1051905086	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	65
ÍNDICE REMISSIVO	66

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM QUILOMBOS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL

Adauto Neto Fonseca Duque

Universidade Estadual do Piauí, Campus
Professor Barros Araújo, Picos, Piauí

Maria Alveni Barros Vieira

Universidade Federal do Piauí, Campus Senador
Helvídio Nunes de Barros, Picos, Piauí

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

Universidade Estadual Vale do Acaraú, Campus
do Junco, Sobral, Ceará

RESUMO: O artigo discute pressupostos contemporâneos de memória, oralidade e patrimônio em quilombos no semiárido piauiense. Espaço de intensa militância social, mas ainda carente de explicação quanto a sua formação étnico-cultural, a identidade negra e a valorização do seu patrimônio histórico alicerçado em lutas e tradições negras. Discutimos e apresentamos narrativas orais, acervo patrimonial imaterial como documentos históricos que traduzem acontecimentos e os modos de vida dos antepassados quilombolas. Assim, emergem fontes, metodologias que explicitam formas ancestrais de vivências vivificadas no tempo presente por moradores de comunidades negras rurais capazes de construir identidades na luta e na concretização de direitos constitucionais. Em visitas a comunidades do Vale do rio Guaribas e Canindé coletamos as falas de sujeitos que (re)significam suas ações

pela valorização de sua cultura ancestral. Como resultado dessas narrativas temos uma infinita produção de saberes ligados a cura, as danças de roda e de promessas, reisados e modos de cuidar da terra e do espaço ambiental ocupado que são peculiares ao sertão. Portanto, temos nos quilombolas do semiárido piauiense um símbolo do passado de luta, mas também uma referência de representantes da cultura regional e precisam apoiar-se na dinâmica do tempo presente. Ainda de lutas (in)glórias que fazem ressurgir histórias do tempo da escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo, Identidade, Cultura, Oralidade.

HISTORY AND MEMORY IN QUILOMBOS: PATRIMONY AND CULTURAL IDENTITY

Abstract: The article discusses ongoing themes of memory, orality and patrimony in quilombos in the semi-arid Piauí. The quilombo is space of militancy, but still lacking in knowledge as to its ethnic-cultural formation, the black identity and the valorization of its historic heritage based on black struggles and traditions. To present and discuss oral narratives, intangible heritage as historical documents that translate events and the ways of life of quilombola ancestors. Thus, sources emerge, methodologies that explain ancestral forms of experiences in the present time lived by residents of rural black

communities and it's capable of constructing identity in the struggle and concretization of the constitutional rights. In visits to communities in the Vale Guaribas and Canindé were collected the speech of subjects who (re) signify their actions through the valorization of culture. The result of these narratives showed an infinite production of knowledge related to healing, the dances religious, ways of caring for the earth and the occupied environmental space that are peculiar to the bachwoods. Therefore, the quilombolas of Piauí semi-arid are symbols of the past of struggle, but also reference of cultural representativeness. Still of struggles (in) glories that make resurrects histories of period of the slavery.

KEYWORDS: Quilombo, Identity, Culture, Orality.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo discute temas contemporâneos de memória, oralidade e patrimônio em quilombos no Piauí. Espaço de intensa militância social, mas carente de explicações sobre formação étnico-cultural, identidade negra e a valorização do seu patrimônio histórico alicerçado em lutas permanentes por afirmação de tradições peculiares. Autoidentificados como formadas por descendentes do processo escravista esses espaços são férteis na produção de documentos históricos, pois a memória dos moradores traduz modos de vidas dos antepassados quilombolas que povoaram os sertões do Piauí.

No Brasil, quilombo, é um conceito que foi sendo modificado ao longo da perspectiva sócio-política, econômica, cultural e no despertar das ações afirmativas dos governos recentes. O quilombo histórico realmente não está mais presente em qualquer parte do Brasil. Todavia, há uma memória de luta, de resistência e, principalmente, há uma necessidade incontestável de proteger os lugares da memória, da tradição e preservação de vivências enquanto descendentes dos escravos negros presentes da história do Brasil.

A constatação da experiência de grupos que (re)significam suas vivências, para construir a sua sobrevivência, nos coloca diante do patrimônio material e imaterial como objeto a ser explicado por áreas do conhecimento tais como a antropologia, a história e a educação. Pesquisas que emergem de fontes, metodologias e resultados que explicitam formas ancestrais de vivência que são vivificadas no tempo presente por moradores de comunidades negras rurais.

A necessidade de superarmos estereótipos negativos quanto a influência cultural e étnica do negro no Brasil alargam os espaços de estudos e o arcabouço de informações sobre danças de promessas, festas religiosas, saberes de cura e formas de convivência com os espaços naturais ocupados pelos grupos tradicionais.

Em anos posteriores a Constituição Federal de 1988 constatamos avanços em direitos garantidos aos grupos negros em diferentes esferas, mas se ao Estado coube em um primeiro momento a negação da presença negra e/ou o fomento à discursos

de “invisibilidade expropriadora” territorial e cultural, atualmente se concretizam ações de proteção e salvaguarda do patrimônio das comunidades quilombolas presentes na maioria dos estados brasileiros.

No Brasil as comunidades negras estabelecem com a terra uma relação de sobrevivência. Simbolicamente o território demarca um processo histórico de continuidade com as lutas de seus antepassados (re)configurados na etnicidade, na identidade e na memória que emerge no momento do enfrentamento com latifundiários, fazendeiros e o poder público. A luta histórica ou cotidiana diante de pessoas físicas e/ou jurídica segue com aportes da legislação e são também amparadas pela tradição quilombola em todas as regiões do país.

No Piauí, os quilombolas, em fóruns e seminários, constantemente discutem a religiosidade, as práticas e saberes que constituem o patrimônio material e imaterial das comunidades. A continuidade dessas práticas ancestrais depende dos moradores das comunidades, mas perpassa pela valorização externa e até mesmo pela garantia de ocupação das terras de seus antepassados. Dando resolução aos anseios, em 2009, o Governo do Piauí aprova o documento sob o título de “Regularização de territórios de quilombo no Piauí” enfatizando que esses espaços devam garantir “preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os espaços destinados aos cultos religiosos [...]”.

Em constantes visitas e atividades acadêmicas no quilombo Custaneira, município de Paquetá, Piauí, vivenciamos a constante necessidade de (re)afirmação das histórias dos antigos negros que ocuparam os espaços do semiárido. Esse sentido de afirmação identitária constrói os saberes e cria o interesse dos moradores em aprofundar os conhecimentos sobre os modos de vivência de seus antepassados. Conhecer para valorizar e fazer frente aos constantes embates que estabelecem com os elementos da contemporaneidade tais como a substituição que os jovens fazem das histórias dos antigos pelas histórias da televisão. Não se trata de um discurso contrário a modernidade, mas uma forma de fazer a todos os moradores sujeitos pertencentes e orgulhosos da trajetória histórica e dos saberes de seus antepassados.

Na Universidade Estadual do Piauí, Campus de Picos, em disciplinas sobre História e cultura afro-brasileira ou mesmo em História da Educação Brasileira produzimos trabalhos sobre as comunidades quilombolas no vale do rio Guaribas, região centro-sul do Piauí. Pesquisas e artigos apresentados em forma de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do curso de pedagogia. As pesquisas dão ênfase às transformações que os quilombolas da região estão vivenciando na organização de documentos para auto reconhecimento e também Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e junto aos órgãos competentes encaminhar os pedidos de regularização de suas terras com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 que garante terras as comunidades quilombolas. Direito nem sempre respeitado devido a burocracia do Estado e muitas vezes pela oposição implementada por indivíduos (pessoas físicas,

jurídicas e até o Estado) que potencializam interesses particulares em detrimento da memória e da história quilombola.

No contexto das ações em busca de direitos sociais são utilizados os mecanismos da cultura, da memória e as histórias que marcam a trajetória dos grupos negros rurais quilombolas. A continuidade e proteção dessas memórias como parte da vida cotidiana são essenciais para encaminhar positivamente as demandas juntos ao poder público.

Nas comunidades piauiense é visível, por exemplo, a formação das associações de moradores que organizam eventos para demonstrar as manifestações culturais como as danças de roda, samba de cumbuca (Comunidade Trás da Serra), Lezeira (Comunidade Custaneira) e o trabalho manual com cerâmica (comunidade Potes). Manifestações tradicionais que estão inscritos como saberes e práticas herdadas da ancestralidade negra que se faz presente no sertão semiárido do Piauí e marca historicamente as comunidades quilombolas. Conhecimentos essenciais para sobreviver numa região em que o clima e a terra são marcados pela aridez, mas proporcionam sobrevivência a quem sabe respeitar e conviver na adversidade natural.

A cultura local, entendida como patrimônio imaterial, fundamenta no tempo presente os mecanismos da identidade, reforça o sentimento de pertença a um grupo com história peculiar de resistência, e principalmente, demonstra a construção e uso sistemático do patrimônio como fundamental na trajetória de uma sociedade. Os quilombolas fazem parte dessa sociedade, mas a todo momento são reclamados a reafirmar o valor das suas práticas e da sua cultura. Respondendo sempre positivamente com suas histórias, memórias e saberes acabam demonstrando que os indivíduos externos a realidade quilombola precisam ainda trilhar um caminho de respeito aos grupos que constroem uma trajetória de vivência diferenciada no sertão do Piauí.

Nesse contexto, realizamos um mapeamento territorial e cultural dos quilombos no centro sul do Piauí o que nos proporcionou reconhecer e pensar positivamente a presença, as memórias, a tradição e o acervo patrimonial dos quilombos como elemento indissociável da História regional e local. Trabalhos dessa natureza proporcionam pensar o Piauí sob o olhar atento da contemporaneidade, buscando reafirmar valores em contraposição a negação do valor da tradição que remonta ao passado na formação social e cultural de uma sociedade.

2 | QUILOMBOS: NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Os quilombos do Piauí se integram no contexto histórico das ações afirmativas e colocam em evidência sua história e as memórias coletivas que são estruturadas diante de realidade de embates e/ou a busca por direitos constitucionais.

Não raro as comunidades estão em conflitos por terras e aquelas tituladas a partir do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias mantêm uma constante ampliação de seu acervo de histórias, saberes e práticas que alicerçam a sua diferenciação enquanto detentoras de um passado singularizado pelo processo

escravista brasileiro.

Ao conhecer os quilombos do Piauí é possível verificar a formatação de uma identidade baseada em fragilidades de um passado em construção. A forma como estruturam suas vivências colocam pontos de ancoragem na cultura de seus antepassados negros escravos, mas são constantemente questionados sobre a reafirmação da sua história como detentores de memórias e práticas de seus ancestrais negros. E nesse contexto, as fragilidades que poderiam advir de um passado que é rememorado em danças, religiosidade e saberes tendem a ser transformadas em peculiaridade do processo histórico regional marcado pela miscigenação entre brancos, negros e indígenas.

Para conhecer o acervo cultural das comunidades quilombolas no estado do Piauí é preciso pensar no esforço para dar conta da dinâmica social e estar ciente das dificuldades espaciais, pois somente o território denominado Vale do Rio Guaribas, compreende 39 municípios e no mapeamento oficial constam pelos menos 50 comunidades quilombolas.

Nessas comunidades há intensa mobilização para fazer do acervo imaterial da cultura local um instrumento de valorização étnica e fundante de uma identidade projetada além dos seus territórios. Em visitas as comunidades do município de Paquetá constatamos uma ausência do poder público em fomentar assistência necessária a manutenção dos aportes culturais. No entanto, mesmo diante das dificuldades, seja econômica ou o olhar desconfiado dos demais vizinhos, os quilombolas realizam suas festas e fazem do passado escravo uma lança em direção a conquistas no futuro próximo.

A congregação das comunidades negras estão presentes em encontros de quilombolas nos quais são mostrados o acervo de manifestações culturais traduzidos em danças, folguedos, reisados e ritos religiosos que envolveram moradores e visitantes. Os eventos nos quilombos não tem espaço para discriminar. A busca da união e respeito entre todos é uma marca dos quilombos que envolvem a todos em uma roda de sentimentos e sentidos que transcendem a própria dinâmica de reprovações e olhares negativos em relação as manifestações da cultura praticada como cotidiano vivificado em todos os momentos da realidade local.

3 | SOMOS, ASSIM, QUILOMBOLAS DO PIAUÍ

Nos quilombos do semiárido há um conjunto de ações entendidos como acervo de práticas que remontam aos tempos antigos, mas com significados de resistência diante do poder público e dos indivíduos céticos em relação à validade dos testemunhos que estão configurados na vivência dos quilombos na contemporaneidade. São perspectivas da história das margens, pois “se volta para o estudo de grupos num território. Grupos que seriam filhos de uma história, de uma língua e de um conjunto de costumes comuns, costumes em permanente reconstrução graças aos jogos de

oposição ou inclusão com os grupos vizinhos” (DEL PRIORE; GOMES, 2004). Vivências nem sempre margeadas pelo equilíbrio de forças, pois o quilombo é pressionado por agentes externos e até entre seus indivíduos há desconfianças em relação à história e a memória construída nos embates sociais.

A trajetória dos quilombolas no Brasil pode ser verificada em dezessete artigos de especialistas no tema escravidão, que estão na coletânea Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil, organizada por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. Os textos “percorreram o mapa brasileiro e o atravessamento temporal que flui do século XVII até o presente. Exibindo um contexto geral, de sul a norte do país a fuga de escravos é mostrada como prática incessante de busca da liberdade, dignidade” (MEIRY, 1998).

No passado a fuga construiu a liberdade. Contemporaneamente, a força da identidade quilombola e o patrimônio cultural aparecem como elementos necessários na luta das comunidades negras do Piauí. Estas entendidas como tradicionais e detentoras de um patrimônio imaterial caracterizado por um conjunto de conhecimentos e valores transmitidos do passado ao presente, mas com uma carga de significados e valor simbólico e prático.

No Piauí, a conjuntura desfavorável tende a se desintegrar e as comunidades, apoiadas pelos investimentos em ações afirmativas seguem com suas tradições e demonstram intensa capacidade de (re)significar suas vivências individuais e coletivas. Um exemplo peculiar das comunidades do semiárido piauiense pesquisadas está o fato de para garantir a posse das propriedades ocupadas os quilombolas tiveram que comprar a terras de indivíduos que detinham os documentos cartoriais.

Contudo, as mudanças em uma sociedade começam a partir da observação dos mecanismos colocados em marcha na redefinição da realidade de determinados grupos sociais. No caso dos quilombos do Piauí são recentes suas manifestações em torno da percepção de grupo étnico diferenciado pela trajetória histórica. As lutas cotidianas afloram o sentimento de revolta contra traços marcantes da escravidão, como a violência, a privação de bens e a exclusão social ainda presentes na realidade dos afro-descendentes. Permanências também visualizadas na luta pela terra, pelo reconhecimento de sua alteridade, no combate à discriminação racial e nas práticas para manter vivas as tradições de seus antepassados escravos.

Pelo despertar da consciência cultural e do valor de suas memórias as comunidades quilombolas agora lutam por seus direitos baseados na legislação e na força de seu patrimônio simbólico herdados “por tabela” de seus ancestrais. Assim, a prática de comprar a terra que por direito histórico e garantido pela legislação é uma realidade que ficou em outro tempo e não tem espaço nas perspectivas atuais de luta pela terra.

Lutar contra as imposições sociais é uma realidade constante, pois vivenciar a discriminação, sentir a exclusão social e sofrer pressão de agentes exteriores não são fatos que ocorrem unicamente com os grupos negros. Para tanto, basta observar a

trajetória das nações indígenas, numa construção constante pela sobrevivência étnica e cultural e manutenção de seus espaços, elementos fundantes de pertença e de identidades.

Na contramão da ideia de valorização estão os diferentes usos possíveis da própria história e no caso do semiárido quilombola concordamos com o antropólogo José Arruti (2006) quando afirma “tratar-se mesmo de uma conversão simbólica do próprio quilombo como metáfora. Ainda que nunca tenha tido a força e a disseminação que passa a ter depois dos anos 1970, o quilombo sempre foi um tema que instigou o imaginário político”. Sendo o Estado o maior divulgador das pretensas ações de valorização social, transportadas para o plano político como ações afirmativas.

Nesse contexto, os quilombos estruturam suas vivências a partir da legislação que garante uma valorização e fomento as manifestações da cultura local. A questão de valorização está presente tanto na questão do patrimônio edificado quanto no imaterial. No entanto, é preciso pensar e entender os usos que cada elemento inserido no contexto da modernidade assume na sociedade atual: “É preciso que estejamos atentos para além de um patrimônio ‘material’ que é também estático, e pensarmos em um patrimônio imaterial que é dinâmico, que pode caminhar, um patrimônio que tem leveza e movimento” (ARARIPE, 2004).

Tal como um edifício que precisa ser restaurado para manter-se como símbolo de um passado longo ou recente o conjunto de elementos que constituem “o inventário de celebrações e práticas religiosas de quilombolas, dos lugares que reputam como importantes para sua identidade ou como marcos de seus territórios, dos ofícios, modos de fazer, saberes e formas de expressão (SOUZA FILHO; ANDRADE, 2012), passam por adequações realidade de cada sociedade. E nos quilombos esses conhecimentos e celebrações extrapolam limites quando se caracterizam por contar histórias de tempos imemoriais.

Trabalhamos na perspectiva de conhecer e pensar criticamente o patrimônio imaterial. No quilombo este constitui um acervo histórico, mas também de luta política e cultural travada nos últimos anos por conta de políticas públicas direcionadas aos grupos étnicos. No quilombo, construímos a historicidade utilizada pelas comunidades tradicionais: negras e indígenas.

Tal tendência encontra sua base de apoio em relevantes razões interligadas. Esses universos culturais abrigam circuitos de consumo, produção e difusão culturais organizados por meio de dinâmicas e lógicas próprias que diferem em muito dos demais circuitos consagrados de produção cultural e, ao mesmo tempo, a eles articulam-se importantes questões relativas ao desenvolvimento integrado e sustentável. (CASTRO, 2008)

A identificação dessas potencialidades nos ajuda a construir academicamente discursos e discussões a cerca da justa ação de fomento e valorização da cultura tradicional reinterpretada nos quilombos.

A representação histórica do quilombo pode ser percebida na memória da escravidão, estando viva e (re)significada cotidianamente, proporcionando, na

dinâmica da História Nova, sua utilização como fonte para a história.

Na ampliação de fontes se utiliza com propriedade as falas e lembranças das memórias dos descendentes dos aquilombados, presentes na maioria das regiões do Brasil. Memórias que apresentam acontecimentos “dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992). Daí a riqueza de informações apresentadas nas narrativas, pois trazem fatos vivos, ou, de acordo com Pollak, “vividos por tabela”, rememorados por um indivíduo em sua leitura pessoal e individual, mas carregada de elementos e acontecimentos coletivos. Assim, a memória assume o estatuto de “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 1998).

A memória, nas comunidades tradicionais, assume o conceito básico de memória viva e “têm fornecido um quadro físico para esse jogo das lógicas concorrentes de representações de um evento passado — o quilombo — e de construção de um discurso histórico e político correspondente, diante dos desafios do presente” (VÉRAN, 1999).

Assim, a história dos quilombolas, descendentes da escravidão, passa a ser estudada como um campo de possibilidades coerentes com suas reivindicações e pelas quais os sujeitos envolvidos numa teia de tensões culturais, políticas e econômicas, estão constantemente (re)construindo suas vivências, tomando o cotidiano como simbologia de embates e conflitos, assim, dimensionam a própria identidade dos indivíduos no relação com a sociedade não negra. Assim, “no que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um *estado* – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa [...] uma *representação* – eu tenho uma ideia de quem sou – e um *conceito*, o de identidade individual...” (CANDAU, 2011). Nesse contexto, de acordo com Natália Brayner Guerra:

“durante sua vida, as pessoas constroem suas identidades ao se relacionarem umas com as outras em diferentes contextos e situações. A identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais (GUERRA, 2007).

Hoje, as comunidades quilombolas mantêm intenso contato com órgãos do Governo Federal como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Cultural Palmares. Também se apropriam de conceitos e durante fóruns e encontros de quilombolas conhecem a experiência de outros espaços que passaram por processos de autoreconhecimento e valorização de suas tradições.

Os espaços, designados simbolicamente como terra de negros, terra de santos ou quilombos ganham conotações diferenciadas e diversificadas, principalmente porque o território que produz a sobrevivência também é capaz de se constituir em lugar de tradição e manutenção da vivência de uma coletividade.

Nos espaços externos, os quilombolas do Piauí, através do INCRA, as instituições de representação dos grupos negros e os fóruns promovidos por universidades estão se inserindo nessas dinâmicas políticas de lutas e colocando seus interesses e necessidades em evidência. Internamente, a partir das conversas com antigos moradores e baseados em memórias locais, os trabalhos das lideranças ganham cada vez mais apoio e esses momentos reforçam o sentido e o sentimento de grupo detentor de um passado comum.

Tanto o patrimônio quanto a identidade, elemento dinâmico e presente no cotidiano dos remanescentes, passa por redefinições, configurando-se como símbolo da diferenciação entre os grupos. Alicerçados em passado de resistência, os quilombolas, envolvidos na demarcação de espaços e na continuidade da força da cultura negra rompem com o isolamento histórico e reforçam a identidade étnica negra, detentora da tradição e da memória sobre a escravidão. Memória negativa que aos poucos vai se reestruturando a partir do conhecimento e do valor não da violência do cativo, mas na resistência e na luta pela liberdade representada na fuga e na formação dos mocambos ou quilombos.

4 | PARA ENTENDER O CAMINHAR NO QUILOMBO

Para compor um quadro de possibilidades de conhecer, mapear e discutir os mecanismos da identidade e do acervo patrimonial quilombola devemos lançar mão dos aportes da história oral. Entendemos a oralidade a partir de diversificadas formas de expressão como a música, as cantigas de roda, os poemas, os xingamentos das manifestações folclorizadas, enfim, uma inesgotável fonte de informações que podem ser coletadas a partir de entrevistas, conversas informais ou transmitidas nas práticas cotidianas.

Por conta dessas percepções devemos problematizar e entender o conceito de identidade apropriada pelos grupos sociais envolvidos no contexto da tradição e do uso do passado. A sociedade está em mudanças e historicamente os conceitos também mudam com o tempo. Perceber de qual identidade os quilombolas estão se apropriando? Negra escrava? Resistência à escravidão? Essas questões poderão vir a tona na dinâmica das entrevistas, na observação e na análise da documentação que será construída e/ou coletada. Nesses momentos, de lembrar e contar para um interlocutor atento, a oralidade estabelece uma intensa linha de condução entre presente e passado que reforça condutas cotidianas:

Na recuperação da história dos excluídos, os depoimentos orais podem servir não apenas a objetivos acadêmicos, como também constituir-se em instrumentos de construção de identidade e de transformação social. Ainda que nessa segunda linha se introduzam conceitos de memória coletiva, não se evidencia uma discussão mais aprofundada sobre as implicações do uso da noção de memória. (Ferreira, 2002: 327).

Pensando o movimento quilombola na atualidade e a mobilização pela legalização de suas terras, utilizamos a história do tempo presente. Essa nos proporciona mecanismos para entender as transformações, os usos, as territorialidades e as temporalidades como elementos dinâmicos, mas carentes de problematizações e explicações a partir de suas historicidades. Cabe nesse caso uma crítica de Marieta de Moraes Ferreira considerando a oralidade e temas no tempo presente como objetos caros também aos historiadores profissionais:

O desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da desqualificação dos testemunhos diretos. [...] A explicação para essa situação deve-se ao fato de que o período recente não exigia uma farta cultura clássica, nem o controle dos procedimentos eruditos do método histórico. Os que se interessavam pelo contemporâneo na verdade concebiam a pesquisa histórica como um meio de ação política (Ferreira, 2000: 113).

Temos um desafio: necessidade e responsabilidade de responder e explicar questões colocadas na contemporaneidade para os historiadores. E, as comunidades étnicas no Brasil estão vivenciando seus embates ancorados em simbologias e representações, justificando e até criando estratégias de utilização do passado como condição de sobrevivência no presente. Assim, “a necessidade de se ativar ou materializar o que existe em estado oral retido na memória, ou mesmo o que foi abafado por processos de cerceamento, quase sempre acontece por desafio da própria comunidade [...] no tempo presente, reinventam o passado mal resolvido” (Meyhy e Holanda, 2010:25).

Trabalhar com comunidades negras rurais, na perspectiva da História do Tempo presente ou ainda na aproximação de um diálogo com a antropologia, nos leva a assumir uma postura estratégica de construção e produção de fontes. Nesse sentido, a metodologia aplicada pela História Oral, os elementos que fundam e fundamentam os imbricados caminhos da memória e a oralidade são imprescindíveis na construção do aparato documental para análise. Tratamos de entender as percepções e construção do cotidiano de lutas por direitos sociais e manutenção de suas peculiaridades.

Partindo de observações nas comunidades formatamos fontes históricas, seguindo aportes teóricos e metodológicos para lidar com a oralidade, a memória e, principalmente com as entrevistas, pois:

(...) ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. Porém, há muitos estilos diferentes de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. (THOMPSON, 1992:254).

Através da tradição oral os remanescentes são capazes de expressar vivências conflituosas, vida sociocultural ameaçada e também as tentativas de preservar

valores do passado e do presente. Vidas, valores e pensamentos como componentes do passado quilombola, expressado através da família, dos ancestrais e de todos os mecanismos informais construídos pelos saberes da tradição. Diante do universo desvendado pela tradição oral – danças, literatura, poesia, cantos, histórias, provérbios, etc. - que registra a memória de um povo, tornando-se fonte para a história.

Nesse sentido a História Oral proporciona o encontro com sujeitos vivos e capazes de estabelecer o sentido de suas reivindicações (negros) e também de objetivos dos sujeitos fora que comunidade que se colocam contrários. Para tanto, de acordo com Paul Thompson (2002), “a reconstrução da história torna-se, ela mesma, um produto de colaboração muito mais amplo, em que não-profissionais devem desempenhar papel crucial. Ao atribuir um lugar central em seus textos e apresentações, a pessoas de toda espécie, a história se beneficia enormemente”.

Uma questão latente nos quilombos do Piauí é a regularização fundiária. A posse comprada de fato tem uma representatividade ao nível da legalidade, mas não denota uma posse pela simbologia de pertença a história negra da região. Assim, para os moradores dessas comunidades a regularizada numa documentação identificando a área como antigo quilombo reforçará e garantirá a manutenção da identidade quilombola, a salvaguarda do patrimônio e a valorização social.

5 | CONCLUSÕES

Pensamos a atualidade do movimento dos quilombolas no Brasil a partir da mobilização de ações e agentes públicos como fomentadores da preservação de seus valores culturais. Enfatizamos a história do tempo presente, pois fornece mecanismos para entender as transformações, os usos, as territorialidades e as temporalidades como elementos dinâmicos e carentes de problematizações e explicações da historicidade dos sujeitos que com suas persistências concretizam propostas de reconhecimento e valorização cultural.

No contexto das fontes para sistematizar uma visão dos movimentos e da luta quilombolas é necessário conhecer a legislação brasileira contemporânea nas questões que se referem a salvaguarda do patrimônio étnico brasileira, as ações afirmativas e a proteção dos bens culturais que formam a diversidade da cultura nacional. Conhecer é uma condição necessária de valorização da história dos quilombos. E a sociedade, principalmente os alunos de ensino fundamental e médio são recebidos com toda a alegria e disponibilidade pelos moradores dos quilombos. Essa é uma atividade que garante respeito entre indivíduos que precisam promover a inserção de suas heranças no contexto em que vivem como construtores de culturas plurais.

Temos desafios, necessidade e responsabilidade de responder e explicar questões colocadas na contemporaneidade para os historiadores, pois “o desprezo dos historiadores universitários pela história recente explica também o porquê da

desqualificação dos testemunhos diretos. Esse campo dos estudos históricos acabou transformando-se em monopólio dos historiadores amadores” (Ferreira, 2000: 113). Sair do amadorismo é essencial para entender os quilombos que vivenciam seus embates étnicos e culturais ancorados em simbologias e representações, justificando e até criando estratégias de utilização do passado como condição de sobrevivência no presente.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**. 16 (2): 111-112, 2004.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos. **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial. In: **Anais do Arquivo Público do Pará**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Pará. 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 5, (10): 200-212, 1992.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**: história de quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 18 (38): 75-99, 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VÉRAN, Jean-François. Rio das Rãs - memória de uma “comunidade remanescente de quilombo”. **Afro-Ásia**. 21-22. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, (1998-1999).

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBERTON CORREIA SANTOS Graduado em Tecnologia em Agroecologia, Mestre e Doutor em Agronomia (Produção Vegetal). Tem experiência em Ciências Agrárias, atuando nos seguintes temas: Agricultura Sustentável, Uso de Resíduos Sólidos Orgânicos, Indicadores de Sustentabilidade, Substratos e Propagação de Plantas, Plantas nativas e medicinais, Estresse por Alumínio em Sementes, Crescimento, Ecofisiologia e Nutrição de Plantas, Planejamento e Análises de Experimentais Agrícolas. (E-mail: cleber_frs@yahoo.com.br).

Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – Mato Grosso do Sul.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adubo orgânico 52, 54, 57

Águas residuárias 1, 3, 4

Aplicativo Kahoot!® 16, 19, 22, 25, 28

C

Caatinga 4, 1, 2, 8

Comunidades quilombolas 31, 32, 33, 34, 36

D

Desenvolvimento sustentável 4, 16, 28

E

Educação ambiental 16, 18, 19

G

Gamificação 16, 19, 21, 22

I

Identidade cultural 4

Índice NDVI 11

M

Mestres-escolas 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

P

Produção de mudas 1, 3, 8, 9, 54, 63

R

Reflorestamento 1, 8

S

Sensoriamento remoto 10, 11, 14, 15

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-510-5

